

AVISO AO USUÁRIO

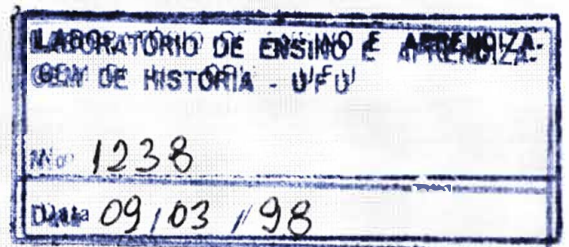
A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA

***Rompendo as barreiras do
poder na Câmara Municipal -
Uberlândia (1983-1992)***



00384-ROMPENDO AS BARREIRAS DO PODER NA
L
Autor: OLIVEIRA, EDUARDO PEREIRA 2 4 x 3

dia, 1998

Trad.: ///

Edit.: UFU/DEPTO DE HISTÓRIA
UBERLÂNDIA MG

EDUARDO PEREIRA DE OLIVEIRA

***Rompendo as barreiras do
poder na Câmara Municipal -
Uberlândia (1983-1992)***

Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, à Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Jane de Fátima Silva Rodrigues.

Uberlândia, 1998

BANCA

Carmem Lúcia F. Balbino
Prof.^a Carmem Lúcia Figueira Balbino

Beatriz Ribeiro Soares
Prof.^a. Dr.^a. Beatriz Ribeiro Soares

Jane de Fátima S. Rodrigues
Prof.^a Dr.^a. Jane de Fátima S. Rodrigues

*Aos meus pais,
pelo incentivo e dedicação
para realização deste
sonho.*

“A transformação do mundo virá pelas mulheres”.

Giscard d'Estaing

Agradecimentos

- *Agradeço primeiramente a Deus pela força que recebi para superar as várias dificuldades por que passei no decorrer do curso, principalmente na realização deste trabalho.*
- *Agradeço a minha orientadora Pro^{fa}. Dr^a Jane de Fátima S. Rodrigues, pela força e confiança em mim depositada e pela sua paciência e dedicação.*
- *Meus agradecimentos a todos(as) os professores(as) dos Cursos de História da Universidade Federal de Uberlândia.*
- *Os meus sinceros agradecimentos aos amigos(as) que sempre estiveram ao meu lado: Carla, Nédima, Rodrigo, Luís e Flávio.*
- *Meus agradecimentos ao amigo Luziano, com quem sempre pude contar em todos os momentos.*
- *Enfim, meus agradecimentos a toda minha família, pelo apoio e incentivo durante toda minha trajetória acadêmica.*

Índice

<i>Introdução</i>	08
Capítulo I	
<i>O Feminino em um Território Masculino</i>	14
Capítulo II	
<i>O Discurso Misógino em Conflito</i>	29
Capítulo III	
<i>Rompendo o silêncio: saias na Câmara Municipal entre elogios e discriminações</i>	37
<i>Considerações Finais</i>	55
<i>Anexos</i>	58
<i>Bibliografia</i>	61

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFRJ

De

Data

Introdução

Uma das razões que nos levou a trabalhar com a participação da mulher na política foi a disciplina *“Estudos Alternativos em História do Brasil”* ministrada pela Prof. Carmem Lúcia Figueira Balbino, na qual fizemos uma série de discussões sobre as questões de gênero. Pudemos perceber a importância desta discussão, onde a categoria gênero:

“aparece como outra possibilidade de interpretação do mundo, contrária a uma visão racionalista unilateral fundada no sujeito masculino, capaz de apresentar novas alternativas de vida para um projeto feminino/masculino de sociedade.”¹

Nesta perspectiva, cabe a mim, enquanto historiador, trazer à luz aqueles sujeitos históricos que foram deixados de lado por uma historiografia que, até então, estruturada na figura de um sujeito universal - o homem -, deixava de localizar a participação das mulheres nos vários processos históricos e também de perceber a sua importância na História.

Acreditamos ser extremamente pertinente pensar a História sobre um novo viés, que extrapole as discussões sobre as diferenças biológicas, partindo de uma perspectiva mais abrangente das interações sócio-culturais, uma vez que as relações de gênero fazem parte do processo histórico.

¹ BALBINO, Carmem L. Figueira. Programa da Disciplina Estudos Alternativos em História do Brasil. UFU/Curso de História, 1996.

Os trabalhos de História estiveram por muito tempo voltados para análises de grandes temas, onde apenas os feitos masculinos sobressaíam. Hoje porém, esta interpretação está sendo discutida, mas ainda carece de mais produções.

Optamos pelos pressupostos da História Social, os quais nos permite novas temáticas e novas abordagens, no sentido de dar voz a agentes históricos anônimos ou até pouco tempo ignorados pela História oficial. Outro ponto importante na adoção deste referencial é o que diz respeito à possibilidade de trabalhar com fontes históricas não tradicionais, como entrevistas, periódicos, jornais, revistas e outros.

A História Social tem como perspectiva criticar a História construída de cima para baixo, dando ênfase a outros sujeitos que não os “heróis”, procurando desvendar a realidade dos processos sociais. Entretanto, tem a preocupação de explicar a dominação de uns personagens sobre outros, no campo das relações econômicas, sociais, culturais e, sobretudo nas tradições, nas idéias e na política.

Dentro deste enfoque, esta monografia também visa apreender as práticas, as resistências e a disciplinarização para além das relações de poder que envolvem o mundo da política. Estas colocações serão defrontadas com a questão de gênero buscando refletir sobre o exercício do poder e os processos de disputa na Câmara Municipal de Uberlândia, espaço de muitos conflitos.

Neste sentido, nosso objetivo é analisar a dinâmica das relações entre as vereadoras e os vereadores dentro do legislativo de

Uberlândia, no período de 1983 a 1992, buscando evidenciar como as edis irão desenvolver as suas funções dentro de um espaço de poder, totalmente masculino.

Queremos interrogar o que levou estas mulheres à política, e perceber como a sociedade via a atuação delas no poder público de Uberlândia, uma cidade tida como progressista, ordeira e de uma moral tradicional. Outro aspecto importante a revelar é como estas mulheres compartilhavam as suas vidas particulares em seus lares com a nova postura pública que decidiram assumir, enquanto representantes do povo.

Ao dar voz e “recuperar” as experiências destas mulheres, estamos tentando analisar e pensar as transformações sociais pelas quais o mundo atual vem passando, onde a discussão da categoria gênero se faz fundamental, segundo Jane Flax:

“Na perspectiva das relações sociais, homens e mulheres são ambos prisioneiros do gênero, embora de modos altamente diferenciados mas inter-relacionados.”²

Acreditamos ser extremamente pertinente pensar a História pelo viés do micro ou do local, uma vez que o fato histórico possui uma contextualização, uma singularidade própria que varia de região para região, devidamente inserida em uma dada temporalidade histórica.

Tendo como perspectiva o paradigma da História Social, voltada para um estudo da participação da mulher na política local, esta monografia visa

² FLAX, Jane. *Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista*. In: Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.229.

analisar as relações sociais que perpassam o interior da Câmara Municipal de Uberlândia.

Quando optamos em trabalhar com as relações sociais entre os sexos, não estamos deixando de nos preocupar com a macro estrutura, pois apesar de parecer uma análise de pessoas e até certo ponto, de “pessoas comuns”, estas *“não podem ser dissociadas das considerações mais amplas da estrutura e do poder social”*.³

O corte cronológico de 1983 a 1992 corresponde ao período de maior número de vereadoras na Câmara Municipal de Uberlândia, 3 de 1983 a 1988: Olga, Nilza e Martha e 3 de 1989 a 1992: Nilza, Martha e Normy, razão por que o escolhemos.

Para a realização desta monografia utilizamos fontes oficiais e não oficiais, tais como: Atas da Câmara,⁴ Mapas Eleitorais,⁵ jornais,⁶ além de entrevistas com as ex-vereadoras⁷. De acordo com o nosso propósito, as

³ BURKE, Peter (Org.) A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 54.

⁴ Pesquisamos e transcrevemos as Atas da Câmara do período 1982 a 1992, as quais se encontram no Arquivo Público Municipal de Uberlândia e na Câmara Municipal.

⁵ Não encontramos os mapas do ano de 1982, apenas o PMDB tem uma cópia ilegível deste na cidade, e o original encontra-se em Belo Horizonte no Tribunal Eleitoral. O mapa das eleições de 1988 está no Tribunal Eleitoral de Uberlândia. Transcrevemos as principais partes do mesmo, uma vez que não nos permitiram tirar cópia do documento.

⁶ “Correio de Uberlândia” (1988-1992) - este é o jornal mais vendido no período da nossa análise - e “O Triângulo” (1982-1988) - no qual encontramos alguns artigos ligados a questão política e que fazem referência às mulheres políticas.

⁷ Entrevistamos as ex-vereadoras Normy, Olga e Nilza. Estas entrevistas foram transcritas e as partes que achamos mais importantes para o nosso trabalho aparecerão no decorrer desta monografia em itálico e destacadas do restante do texto, para uma melhor ilustração dos nossos pressupostos. Não foi possível entrevistar a ex-vereadora Martha, devido um mal entendido, provocado por informações distorcidas dadas por um funcionário da Câmara Municipal.

entrevistas apresentaram-se como a nossa fonte principal, assim como a leitura de uma bibliografia ligada a nossa temática.

Acreditamos que uma análise dos posicionamentos dos sujeitos envolvidos neste processo histórico, aliada a uma reflexão teórica, poderá elucidar um pouco mais a problemática sobre as relações entre homens e mulheres dentro de um espaço de poder, a Câmara Municipal.

Tentamos desenvolver nossa pesquisa de forma coesa, abordando as propostas de trabalho já mencionadas, assim como dando vida à presença feminina na História de Uberlândia, pois deste modo estaremos contribuindo para ampliar o conhecimento que se tem sobre a História Local.

A partir desses passos, desenvolvemos a nossa monografia da seguinte forma: Capítulo I, *“O feminino em um território masculino”*, no qual procuramos demonstrar o “poder” contido dentro da Câmara Municipal, um território onde os homens historicamente foram e ainda são maioria. Abordamos também algumas considerações sobre o feminismo no Brasil.

No Capítulo II, *“O discurso misógino em conflito”*, buscamos trazer para discussão os conflitos entre as vereadoras e os vereadores, como atores de um processo histórico, no qual desembocam as mais variadas formas de relacionamento e em que a discriminação às vezes é sutil, outras, explícita.

No Capítulo III, *“Rompendo o silêncio: saias na Câmara Municipal entre elogios e discriminações”*, tratamos da participação política das mulheres no poder Legislativo Local.

Nas “*Considerações Finais*” apontamos algumas questões que surgiram no decorrer da nossa pesquisa, problematizando pontos que achamos importantes para o nosso trabalho.

Capítulo I

O Feminino em um Território Masculino

Um dos principais aspectos deste trabalho é o fato de estarmos tentando trazer à luz a participação das mulheres em um campo tão complexo que é o mundo da política. Um território quase que exclusivamente masculino e que representa um dos mais importantes direitos da cidadania, o de votar e ser votado.

Para esta discussão tomamos como referencial teórico a História Social, com ênfase na História das Mulheres, na tentativa de analisar a participação feminina no campo da política concorrendo para desmitificar a Teoria da Inferioridade Feminina, que no mundo atual é inadmissível, uma vez que o sexo feminino tem se mostrado presente nos vários segmentos, tanto a nível social, cultural e político.

Diante desta presença marcante na sociedade, têm surgido vários trabalhos que buscam demonstrar a atuação feminina nos mais importantes acontecimentos históricos do país, provocando um alargamento do discurso historiográfico, até há pouco voltado apenas para a figura do sujeito universal masculino - o homem. A partir dos anos 70 surge uma produção acadêmica aberta a novas temáticas, que procurou reavaliar os parâmetros epistemológicos, até então usados pelas Ciências Sociais.⁸

⁸ RODRIGUES, Jane de Fátima Silva. *Os Estudos Sobre Mulheres: emergência de um novo campo do saber*. In: Boletim do NEGUEM, Uberlândia: UFU, 1º Semestre/1996, nº 7.

Este novo campo temático sugere que a História até então narrada estava incompleta, pois deixou de inserir não só a participação da mulher nos vários processos históricos, mas também a de inúmeros outros sujeitos sociais, relegando-os a um segundo plano. Esta visão tem sido debatida e vem sofrendo várias transformações, à medida que uma quantidade razoável de estudos vêm chamando a atenção para novos agentes sociais, ocultos por uma historiografia mais tradicional.

Esta nova abordagem temática, em que a mulher aparece como sujeito histórico atuante, tem servido para contestar as concepções machistas, herdadas da velha estrutura patriarcal. Estes estudos históricos, sociológicos e antropológicos, têm levado em conta a categoria gênero, que visa analisar as diferenças entre os sexos, para além das diferenças biológicas. Segundo Rodrigues:

“A inclusão de uma discussão que extrapola simplesmente a divisão biológica, através de uma análise das relações sociais e culturais entre os sexos nos vários campos do conhecimento tem se mostrado eficaz e levado a uma considerável produção sobre o assunto, bem como, permitido uma revisão de conceitos teóricos e metodológicos em quase todo o âmbito das Ciências Sociais.”⁹

É pensando o gênero enquanto uma categoria de análise que iremos desenvolver as nossas considerações, centrando a participação das mulheres em um campo conflituoso e instigante, que é o mundo da política, no espaço da Câmara Municipal de Uberlândia.

⁹ RODRIGUES, Op. cit., p.2.

A proposta desta monografia não é fácil uma vez que existem poucos trabalhos a nível local que abordem o assunto. A historiografia local ainda se apresenta um tanto carente neste aspecto, apesar de nos últimos anos ter surgido alguns trabalhos analisando a participação das mulheres nos vários segmentos sociais, tanto a nível de dissertação e tese, quanto a nível de monografias.¹⁰

O direito ao voto feminino no Brasil foi conquistado inicialmente na constituição de 1934, porém, somente para as mulheres que exerciam funções públicas remuneradas, e posteriormente na de 1946 onde todas as mulheres maiores de 18 anos passaram a ter esse direito. A luta pelo sufrágio feminino deve ser entendida apenas como o início de uma batalha mais ambiciosa, qual seja: a de igualdade jurídica com o homem. Após esta conquista, a segunda etapa no movimento das mulheres é a realização de um trabalho contínuo e perseverante visando levá-las a escalões mais altos da vida pública.¹¹

Deixando de ser relegada à mera condição de auxiliar, na maioria das organizações políticas, a mulher passa então a assumir o papel que lhe é de direito nas lutas sociais e também a contribuir para o crescimento da nação. Como exemplos recentes podemos citar no Judiciário, a juíza Denise Frossard, que mandou para a cadeia os chefões do jogo do bicho no Rio de

¹⁰ Podemos citar como exemplos a tese de doutorado *"Perfis Femininos: Simbologia e Representação na Sociedade Uberlandense: 1920 - 1958"* da profª. Jane de Fátima S. Rodrigues; a dissertação *"Entre o Bem e o Mal (Educação e Sexualidade nos anos 60 - Triângulo Mineiro)"* da profª. Vera Lúcia Puga Sousa, o artigo *"Presença Feminina nas Greves de 1979 em Minas Gerais"* da profª. Carmem Lúcia F. Balbino e a monografia *"Uma memória oculta"* da Rosani Aparecida Zilli que se refere à atuação de Hilda Pereira, nos fins da década de 40, na vizinha cidade de Araguari.

¹¹ TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 73 e 74.

Janeiro; na economia, Maria da Conceição Tavares, uma das maiores economistas do país que ajudou no planejamento do Plano Cruzado; na área administrativa, Marluce Dias da Silva, responsável pela área gerencial e financeira da TV Globo e na política, Luiza Erundina, que governou a terceira maior cidade do mundo, São Paulo.

Hoje o sexo feminino representa uma importância diferente para os políticos, que já reconhecem não só o seu peso como um contingente de votos que pode influenciar numa eleição, como também a sua consciência, face a participação feminina em todos os setores, forçando o re-exame de hábitos e tradições. Embora num passado recente, assim poderíamos definir o engajamento da mulher na vida pública do país:

“A experiência política do Brasil é bastante curiosa, no que se refere à participação feminina nos órgãos legislativos, desde o nível local até o Congresso Nacional. Raramente ocorreu que uma candidata tivesse sido eleita para um mandato parlamentar como resultado de uma atuação política intensa, inclusive junto a setores femininos, em defesa dos direitos da mulher. A história política recente do país mostra, ao contrário, que várias mulheres chegaram ao parlamento em substituição a seus maridos, que tiveram seus direitos políticos cassados por dez anos, depois de 1964, ou ocuparam o lugar de seus maridos ou filhos mortos. Ou seja, foram eleitas graças ao saldo do prestígio político de seus parentes, impossibilitados de se candidatar a postos eletivos. E não como resultado de seu próprio prestígio. Mulheres eleitas graças a votos dados por contingentes femininos ainda constituem casos isolados, dentro da experiência legislativa no Brasil. Isso só aconteceu de maneira mais expressiva por ocasião das eleições de novembro de 1978. Tem faltado apoio à atuação da mulher parlamentar, por parte de organizações femininas, capazes de ajudá-las a elaborar programas de ação política em benefício da mulher brasileira.”¹²

¹² TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.99.

Esta forma de participação e as dificuldades das mulheres em organizar-se em grupos de decisão, devem-se, em parte, a uma herança cultural, segundo a qual *o lugar da mulher é em casa*, cuidando da família e dos afazeres do lar. Ainda se encontra focos desta tradição em vários locais do país, como aponta Delaine Martins Costa:

*“...no Brasil é grande o número de mulheres que entram na atividade político-partidária para dar continuidade ao projeto dos respectivos grupos familiares, seja aqueles onde nasceram ou a que passaram a pertencer por intermédio do casamento, garantindo, assim, a manutenção de um domínio político já estabelecido.”*¹³

Porém, não podemos levar estas considerações “ao pé da letra”, pois temos o exemplo da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, que não se encaixa nesta perspectiva, como nos coloca a feminista Eleonora Minicucci:

*“Ela construiu uma liderança nacional com os seguintes ingredientes: competência de mulher/não roubar/ser feia/ser capaz/ser nordestina/ter voto próprio. É nossa Thatcher de esquerda.”*¹⁴

A este exemplo, podemos acrescentar o da Senadora Benedita da Silva, dentre outros.

¹³ COSTA, Delaine Martins. “*Ampliação da participação feminina no governo local: um trabalho de Sísifo?*”. In: Comportamento Eleitoral e Marketing Político: as novas prefeituras brasileiras. VÁRIOS Autores. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung, 1997, nº 30, p.47.

¹⁴ Apud. Revista Veja Especial Mulher. A Grande Mudança no Brasil, Edição Especial. Rio de Janeiro: Abril, Agosto/Setembro de 1994.p.54.

Na cidade de Uberlândia, até o presente momento, não se registraram as afirmações de Toscano ou Costa. Pelo contrário, as vereadoras eleitas durante o período de nossa análise não faziam parte da estrutura política dominante. Eram pessoas atuantes na sociedade, sem no entanto pertencerem aos grupos tradicionais que norteiam os destinos do município.

Uberlândia se identifica politicamente com um pequeno grupo que a administra, sustentado por comerciantes, ruralistas e industriais.¹⁵ As administrações locais, por possuírem características fechadas e restritas, se transformaram em um verdadeiro “Clube do Bolinha”, onde a presença da mulher só era concebível na ocupação do cargo de copeira ou secretária. Esta tradição foi rompida em 1954 quando a professora Maria Dirce Ribeiro conseguiu se eleger vereadora pelo Partido Social Progressista(PSP), embora sua atuação tenha sido bastante prejudicada por problemas familiares, que obrigaram-na a afastar-se constantemente.

Após seu mandato, Uberlândia se viu carente da presença feminina no legislativo até a década de 80. Período em que as mulheres se preocupavam com a causa pública, apesar de não se candidatarem a cargos eletivos. Atuavam ativamente em instituições governamentais ou não, realizando um trabalho de base, onde a principal preocupação além da assistência, era o esclarecimento. Trabalho que mostrou seu resultado nas eleições de 1982, onde três mulheres chegaram ao legislativo através do

¹⁵ Este apoio no entanto apesar de benéfico, pode trazer também riscos, onde por futuras cobranças ou trocas de favores, as lideranças políticas podem deixar de lado o social, beneficiando o interesse privado.

voto popular, a saber: Nilza Alves e Olga Helena, como titulares, e Martha Pannunzio,¹⁶ como suplente, todas candidatas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nas eleições de 1988 com as reeleições de Nilza, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de Martha pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e a eleição de Normy Firmino¹⁷ pelo Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), todos considerados de esquerda.

Este período foi o mais rico e representativo da mulher na política local, sobretudo por corresponder a um momento de efervescência econômica, política e social, marcado por acontecimentos significativos para o país, como o movimento pelas “diretas já”, a promulgação da nova constituição e a afirmação da democracia.

Efervescência esta que começa a se tornar visível no governo Geisel, onde várias entidades se uniram preocupadas com o restabelecimento do estado de direito e por um processo de redemocratização mais rápido, além da tentativa de reorganização da UNE e pelos primeiros movimentos de massa de trabalhadores no ABC paulista.

A luta pela anistia foi outro ponto de convergência de todos os segmentos oposicionistas, que conquistaram suas primeiras vitórias com a assinatura da Lei da Anistia em 79, que apesar de não ser ampla e irrestrita, foi aceita com satisfação e otimismo por todos.

Figueiredo assumiu o governo comprometido publicamente em realizar a “abertura” que conduziria o país ao estado de direito, o que

¹⁶ Em 1982 Nilza Alves obteve 4.450 votos, Olga Helena 1.863 e Martha Pannunzio 1.534.

¹⁷ Em 1988 Nilza - PCB (1.458), Martha - PDT (1.196) e Normy Firmino - PSDB (830).

provocou repúdio entre aqueles que queriam manter regalias conquistadas através do golpe de 64. Mas este processo já ganhara ritmo próprio, e nada conseguiria pará-lo.

Com o bipartidarismo extinto, o Brasil realizou as eleições de 1982, para todos os níveis, inclusive para governadores de estado, o que não ocorria desde 1965. Mesmo com a manutenção da Lei Falcão, que impunha aos candidatos não se manifestarem ao vivo, no rádio ou na televisão durante a campanha eleitoral, quarenta e oito milhões de brasileiros se envolveram com o processo, que transcorreu sem incidentes.

Com o fim do AI-5, com a libertação de presos políticos(anistia) e com as eleições diretas para governadores, o governo Figueiredo foi marcado também por uma brutal recessão econômica, que provocou um rebaixamento no salário, desemprego e uma total desilusão com o regime inaugurado em 1964. Daí se explica o apoio de uma grande massa que se mobilizou, a partir de 83, para lutar pelas eleições diretas para presidente em 85. Esta campanha percorreu todo o país tendo uma grande aceitação popular, culminando com o mega comício de São Paulo com um público de mais de um milhão e meio de pessoas. Entretanto, a emenda que pedia as eleições diretas foi votada e derrotada¹⁸.

O povo e a oposição se uniram então, em torno de um nome para concorrer ao Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, que derrotou Paulo Maluf por 480 a 180 votos.

¹⁸ HISTÓRIA DO BRASIL. ATR Multimedia, Rio de Janeiro, 1995.

Um dia antes de sua posse, o primeiro presidente civil eleito desde o golpe militar, foi internado em um hospital de Brasília, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985, provocando uma grande onda de desespero e desilusão, pois nele estavam guardadas todas as esperanças de um Brasil novo.

Em seu lugar assume José Sarney, que começa a governar em condições excepcionalmente difíceis, chegando a assumir publicamente que não estava preparado para administrar a maior dívida externa do mundo, e um país que possuía a maior recessão de sua História além da mais alta taxa de desemprego de todos os tempos.

Em 86, no entanto, foi apresentado o Plano Cruzado, que criava uma nova moeda, congelava os preços por um ano e propunha um ganho salarial na faixa de 8% a serem calculados sobre a média dos seis meses anteriores. O plano cai nas graças do povo. No entanto, quatro meses após a sua apresentação as mercadorias desaparecem das prateleiras, e tem início a cobrança de ágio dos produtos escassos.

O quadro exigia uma revisão da política econômica. Porém, o governo só a faz depois das eleições de novembro de 86, onde o PMDB capitalizou o sucesso do Plano obtendo uma expressiva vitória nas urnas. Fracassado o Plano Cruzado, o governo tenta de todos os modos recompô-lo, sem sucesso, chegando a uma inflação de 2.750% em 1990¹⁹.

O governo Sarney que iniciou com grande euforia encerrava-se com total descrédito, devido aos elevados índices de inflação, constantes

¹⁹ HISTÓRIA DO BRASIL. ATR Multimedia, Rio de Janeiro, 1995.

denúncias de corrupção e manobras políticas para se estender por mais um ano no poder.

Assim foi o clima para sua sucessão, onde vinte e quatro pessoas se candidataram ao cargo de presidente da República. No segundo turno, Fernando Collor saiu vitorioso com 42,75% dos votos contra 31,07% de Lula.

Collor projetou uma imagem de modernidade para seu governo, que chegou mesmo a atrair setores que na campanha eram seus opositores. Com uma linguagem ousada, utilizada contra o empresariado nacional, chegou a qualificar os automóveis nacionais de “carroças” caras e trabalhou para abrir o mercado nacional com vistas a aumentar a qualidade e a competitividade das mercadorias. Inaugurou também um programa de privatizações, provocando tensões e desconfianças.

Seu governo começou a desmoronar a partir das denúncias feitas pelo presidente da PETROBRÁS em outubro de 1991, de que fora pressionado por Paulo César Farias, tesoureiro da campanha presidencial de Collor, a realizar negócios prejudiciais à empresa. Este fato transformou-se no estopim que detonou uma tempestade de denúncias.

Tendo a corrupção se tornado evidente, iniciou-se uma campanha pelo impeachment. À frente estavam entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e os cara-pintadas, estudantes liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União

Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), que organizaram passeatas onde se apresentavam com os rostos pintados.

Não suportando a pressão, Collor renuncia. Mas, mesmo assim, sofre um julgamento pelos parlamentares e entra, a partir daí, para a História do Brasil como o primeiro Presidente a sofrer um impeachment.

É neste contexto de conturbação política e econômica que desenvolvemos, a nível local, este trabalho, que tem como proposta analisar a dinâmica das relações entre as vereadoras e os vereadores de Uberlândia dentro da Câmara.

Se questionarmos qual é a posição do Brasil, quanto ao reconhecimento dos múltiplos papéis que as mulheres brasileiras desempenham na produção nacional, encontraríamos a resposta na análise da Unicef²⁰. A posição do governo brasileiro está visível no questionário da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a implantação nacional do Plano Mundial de Ação da Década da Mulher, com a seguinte resposta:

*"(...) as estratégias globais e os mecanismos de ação não têm sido considerados necessários, uma vez que a posição da mulher na sociedade brasileira vem evoluindo naturalmente, dentro do processo global de desenvolvimento. Com o processar do desenvolvimento econômico e o conseqüente desenvolvimento intelectual vão se atenuando e diminuindo as diferenças de tratamento entre o homem e a mulher na consideração das funções sociais."*²¹

²⁰ BARROSO, Carmem. *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: UNICEF/Brasiliense, 1982. p.114.

²¹ Apud. BARROSO, Carmem, op. cit. p.114. (questionário da ONU, Resposta do Governo Brasileiro, 1979:2).

Para o governo brasileiro parece não haver necessidade de tomar nenhuma medida para garantir a melhoria das condições de vida das mulheres, uma vez que o “desenvolvimento econômico” é visto como algo natural, e não como um “condicionante histórico” e que as diferenças entre os sexos se dá em perfeita “harmonia”.

O Plano da Década da Mulher, da ONU, recomendava a criação de um organismo governamental que se responsabilizasse por medidas que aumentassem as oportunidades de empregos às mulheres, fomentassem a formação de profissionais, definissem uma política básica de creches, incentivassem uma educação reordenada para combater o preconceito contra o sexo feminino e criassem estratégias que aumentassem a participação das mulheres nos partidos políticos.²²

Embora a legislação brasileira coloque que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas”*, isto não se verifica nas relações quotidianas. Quando vemos o número de participação das mulheres nos vários segmentos da sociedade, o que podemos perceber é uma desigualdade gritante. Se por um lado o setor econômico nos anos 70, contou com uma expressiva entrada da mulher no mercado de trabalho, o mesmo não podemos dizer da participação feminina na política. Isto demonstra o hiato entre o texto da lei e sua efetiva implementação na realidade nacional.

A Conferência das Nações Unidas (Programa de Copenhague), realizada em julho de 1980, sob o tema *“Estratégias nacionais para acelerar*

²² Apud. BARROSO, op. cit., p.115.

a plena participação das mulheres no desenvolvimento econômico e social”, da qual o Brasil participou, estabelecia que:

*“...os governos devem explicitamente afirmar o seu firme compromisso de conceder alta prioridade a medidas legislativas e outras que acelerem a participação plena e igual das mulheres no desenvolvimento econômico e social, com vistas à eliminação das desigualdades existentes entre homens e mulheres em todos os setores. A este respeito recomenda-se o estabelecimento de metas qualitativas e quantitativas, especialmente nos campos do emprego, da saúde e da educação, com cronogramas para atingir determinados objetivos.”*²³

O Programa de Copenhague (1980) ainda recomendava:

*“ que os governos e os partidos políticos devem estabelecer objetivos, estratégias e cronogramas para aumentar as percentagens de mulheres em cargos públicos e eletivos e em funções públicas de todos os níveis, a fim de que as mulheres sejam representadas eqüitativamente.”*²⁴

Não basta dizer que não há distinção entre os sexos, é preciso implementar medidas que garantam a participação da mulher nas questões políticas, com o objetivo de uma eqüidade entre os sexos. O Egito em 1980, instituiu um sistema de quotas de representação parlamentar, no qual 30% das cadeiras seriam alocadas pelas mulheres.²⁵

A nível de Brasil, a participação da mulher nos altos postos governamentais, apesar da lei de cotas colocada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ainda está muito restrita. No quadro político atual, a nível federal, temos 6 senadoras (7%) e 34 deputadas (6%). Já a nível

²³ Apud. BARROSO, op. cit. p.114.

²⁴ Idem., p.114.

²⁵ Mandf & Bekele, 1980 Apud BARROSO, Carmem, 1982. p.124.

estadual, em todo o país, temos mais ou menos 4,7% de deputadas e no poder municipal 8%, sem contar os Estados de Santa Catarina e Goiás. Quando a ONU (1980), perguntou ao governo brasileiro sobre o número de mulheres nos órgãos centrais, a resposta dada foi: *“não há estudos a respeito”,* e *“nada está previsto”*. É neste contexto político-sócio-cultural que encontraremos as nossas *“premier”*, na luta para garantir os seus direitos de cidadãs, na Câmara Municipal de Uberlândia.

Neste sentido, uma análise mais profunda sobre a participação das mulheres nos órgãos de decisão é importante para que se tenha uma noção sobre a real necessidade da adoção de medidas que possam mudar um pouco este quadro, uma vez que:

“A participação das mulheres nos processos decisórios é fundamental para a transformação de todos os aspectos sociais, culturais e econômicos da condição de subalternidade a que está relegada.”²⁶

Infelizmente, o país ainda não adotou uma política específica para melhorar esta situação. Apesar da lei de cotas que garante às mulheres 25% das inscrições de cada partido para a disputa de cargos eletivos, ainda é pequena a participação feminina nos cargos políticos.

²⁶ Apud. BARROSO, op. cit. p.125.

Capítulo II

O discurso misógino em conflito

Perceber o feminismo unicamente como uma reivindicação dos direitos da mulher de ter uma vida sexual livre, liberdade de ir e vir e valorização no trabalho, é possuir uma visão muito fechada do que foi e é um dos maiores movimentos sociais da História da Humanidade, pois ele questiona não apenas o social, mas também a ciência, a educação, a religião, e todos os alicerces onde está estruturada a predominância da cultura que privilegia a figura masculina.

Sempre que há um agravamento das condições de vida de um povo, um dos primeiros segmentos a sentir tal situação é a mulher, pois, em decorrência do desemprego e da falta de dinheiro, cresce a violência doméstica, provocando a desagregação do ambiente familiar, onde normalmente além de sofrer agressões, a mulher é jogada à marginalidade, sendo muitas vezes obrigada a se prostituir para assegurar o sustento da casa.

As crises econômicas ajudaram a fazer com que aquela que era considerada a “rainha do lar” e exemplar esposa fosse empurrada para o mercado de trabalho. Na convivência com outras pessoas passa a ter contato com realidades diferentes, e começa a se perceber como agente de uma provável mudança.

Atualmente são raras aquelas mulheres prendadas, que do pano fazia a roupa de toda a família e da farinha quase todo o alimento necessário, mesmo porque, já não se encontra com facilidade nos mercados os produtos para se fazer em casa. Hoje tudo precisa ser comprado, e para se comprar é necessário ter dinheiro, o que obriga a mulher a arrumar uma forma de conseguí-lo, forçando-a a ir para o mercado de trabalho formal ou não e rompendo com a antiga idéia de que:

“mãe que deixa o filho em casa para ir ao trabalho é tirana, e é vagabundo aquele que aceita ajuda da mulher no orçamento doméstico, porque trabalhar, além de ser uma imposição da vida, também passa a ser do bolso.”²⁷

O sistema capitalista, que é um dos principais responsáveis por tirar a mulher do lar, ainda lhe impõe limitações de acesso ao trabalho. Como seu objetivo é o lucro, o capitalismo a usa como uma forma de ampliá-lo, pagando-lhe um salário menor - hoje as mulheres ganham em média 41,3% menos que os homens -, e ainda utiliza o trabalho feminino como mercado de reserva de mão-de-obra, conseguindo assim rebaixar também os salários do homem.

No entanto, a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho provocou grandes mudanças na sua situação de submissão, aumentando-lhe a possibilidade de acesso à educação e dando-lhe condições para que tome consciência do mundo em que vive.

²⁷ SORRENTINO, Sara. *Barradas na Fábrica*. Revista Presença da Mulher. São Paulo: Liberdade Mulher, Junho/Julho. Ano VI. nº 25. 1993. p.10

A revista *Veja* realizou uma pesquisa nacional para conhecer melhor como é a realidade da mulher brasileira nos dias atuais e encontrou um perfil médio com as seguintes características:

“É casada, tem dois filhos, entrou no mercado de trabalho nos anos 80 e quer ganhar mais. Ao contrário da mãe e da avó, constata que casamentos eternos não existem. Maridos todo-provedores também não. Prepara-se, quase intuitivamente, para prosseguir na vida sozinha.

No convívio familiar, desdobra-se pelos filhos mas dá menos importância ao marido - marido este que ainda identifica na mulher o esteio do lar e da felicidade. Os dois se estranham. Para esta mulher ocupada com a própria vida, a violência criminal e a preservação da saúde são preocupações mais aguçadas do que a busca do prazer sexual e o medo de envelhecer. Para aquela que não trabalha fora, o modelo de mulher idealizado é justamente o da que “sua o couro” da dupla jornada.

Esse retrato feminino já representa 35% da população economicamente ativa do país.”²⁸

Isto demonstra uma clara mudança de pensamento e da forma de agir da mulher, que provocou uma repercussão também na forma de agir e pensar do homem, fazendo-o buscar uma nova identidade e reencontrar seu papel social, repensando sua sexualidade, afetividade e sua atuação como pai e companheiro, aceitando a nova realidade, onde o princípio da igualdade e o respeito às diferenças passam a se impor²⁹.

Neste aspecto, o novo Código Civil traz mudanças significativas, no que se refere à família, herança e negócios. Em relação a direção da sociedade conjugal notamos uma grande virada. De acordo com este

²⁸ *A teia se expande. Revista Veja Especial. Mulher a Grande Mudança no Brasil. São Paulo: Abril, agosto/setembro 1994, p.11.*

²⁹ GOLDENBERG, Mirian e TOSCANO, Moema. *A Revolução das Mulheres: Um Balanço no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p.93.

Código a direção desta sociedade passa a ser exercida em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos. Acaba-se, pelo menos, na lei, com a figura do patriarcado, onde prevalecia o homem como o chefe da família.

Apesar de toda esta mudança promovida pelas mulheres, estas ainda sofrem grandes pressões, principalmente de instituições que ainda não romperam com suas tradições profundamente enraizadas num mundo machista. O pronunciamento do Papa João Paulo II em 1981 retrata isto:

*“O lugar de uma mulher é no lar, zelando pela família, e não fora, trabalhando.”*³⁰

Os meios de publicidade insistem em colocar as mulheres como instrumento embelezador para a venda de carros, roupas ou relógios, e os de comunicação não abrem maiores espaços para que elas possam expor seus pensamentos, principalmente na imprensa escrita:

*“Levantamento feito em 365 edições dos quatro maiores jornais do Brasil revela que, de 3969 artigos publicados ao longo de um ano em suas páginas de opinião, não mais do que 154 são assinados por mulheres. O blecaute cresce aos domingos, dia mais nobre e de maior circulação: entre maio de 1993 e maio de 1994 o número de articulistas mulheres em O Estado de São Paulo, por exemplo, foi zero.”*³¹

Já no Dia Internacional da Mulher a imprensa traz uma série de reportagens escritas por elas com temas variados, o que não acontece no

³⁰ *Arrombando a Porta*. Revista Veja Especial. *Mulher a Grande Mudança no Brasil*. São Paulo: Abril, agosto/setembro 1994, p.30.

³¹ REVISTA VEJA ESPECIAL. *Mulher a Grande Mudança no Brasil*. São Paulo: Abril, agosto/setembro 1994, p.13.

cotidiano, onde *“À mulher são reservados assuntos tidos como femininos (educação, demografia, saúde, cultura) ou de sua qualificação específica.”*³²

Apesar de toda a dificuldade de se ter um espaço maior nos meios de comunicação de massa, as mulheres têm demonstrado serem grandes articulistas, e no caso da imprensa televisiva, hoje vemos uma mudança significativa e, como exemplo, podemos citar o tradicional Jornal Nacional da TV Globo que tem como apresentadores um homem e uma mulher.

Falar em público ainda é uma dificuldade para algumas mulheres, principalmente se este falar tiver uma repercussão maior e provocar discussões. Este é, por exemplo, o caso das parlamentares, que freqüentam um mundo dominado por homens e onde nem sempre são aceitas ou não lhes é dada a devida atenção:

*“Cerca de metade das nossas parlamentares faz parte da bancada silenciosa. São aquelas que trabalham nas comissões, defendem projetos de seus Estados, mas dificilmente vão para o enfrentamento político, para o bate-boca no plenário com os deputados homens”. Há mais: nenhuma das parlamentares é líder ou presidente de seu partido, nenhuma tem cargo efetivo na mesa diretora, nenhuma relatou um projeto considerado importante do ponto de vista político ou econômico, nenhuma relatou uma só medida provisória enviada pelo governo até hoje. (...) “O homem, mal chega ao congresso, já pensa em reeleição, desvinculado do fato de fazer ou não algo. Afinal, o Poder Legislativo se sustenta na autopromoção - é ela que garante o voto”, observa a ex-ministra do Trabalho Dorothea Werneck.”*³³

³² REVISTA VEJA ESPECIAL, op. cit., p.50.

³³ Dona Carlota Abre o Jogo. Revista Veja Especial. *Mulher a Grande Mudança no Brasil*. São Paulo: Abril, agosto/setembro 1994, p.13. p. 51.

Isto talvez explique porque as mulheres não participam diretamente como políticas, preferindo ter uma ação através de instituições assistenciais, fugindo assim do intrincado jogo de interesses que domina a política:

*“No Congresso todo mundo quer passar rasteira em todo mundo, não se importa se é homem ou mulher. O ambiente é altamente competitivo”, define o deputado José Serra. A deputada Rita Sussmuth, que, na qualidade de presidente do parlamento da Alemanha, conseguiu galgar ao segundo cargo público de seu país, é taxativa: ‘Deixando de lado o Clichê de que a mulher é excessivamente emocional e insuficientemente assertiva para o embate, temos de concreto que ela tem pouco interesse pelo poder como meta em si. O seu envolvimento com o poder deriva mais de anseios práticos’. Observa que o homem atua mais em função do sistema enquanto a mulher dá prioridade a soluções que se relacionem com as necessidades e as capacidades humanas. ‘A noção de que o poder é instrumento indispensável ainda tem que se firmar com mais vigor na cabeça da mulher,’ conclui Sussmuth. Os números lhe dão razão: 40% das mulheres européias afirmam jamais discutir política em casa. Ao mesmo tempo, declaram-se interessadíssimas por ‘problemas sociais’. Ou seja, a mulher atua na ante sala da política com grande desenvoltura, engaja-se em questões de cidadania, mas reluta em irromper no salão nobre.”*³⁴

Para conseguirem se destacar, ou simplesmente sobreviverem em um ambiente essencialmente masculino, como a política, muitas mulheres se vêem obrigadas a abandonarem quase que por completo seu lado feminino, assumindo uma postura masculina, para conquistarem a respeitabilidade que seus cargos exigem e garantirem condição de igualdade com seus opositores.

³⁴ Nas *Franjas do Poder*. Revista Veja Especial. *Mulher a Grande Mudança no Brasil*. São Paulo: Abril, agosto/setembro 1994, p.48.

Isto não ocorre só no meio político, mas em áreas onde também existe um forte jogo de interesses, como em grandes empresas ou altos postos em instituições públicas.

No entanto, está havendo um processo de mudança nas atitudes e mentalidades, e a mulher está se afirmando em inúmeros setores, enxergando no homem um companheiro. Este, por sua vez, também assume as mudanças ocorridas:

“As mulheres precisam de um homem ao seu lado. É uma bela verdade. Que algumas tiveram que negar porque ‘um homem do lado’ estava por demais confundido com um homem acima, e ‘precisar’ se embaralhava com depender. Uma verdade que hoje parece nos indicar exatamente o caminho da nossa especificidade.”³⁵

Menos pressionadas após um longo período de turbulências, as mulheres começam a pensar na sua afirmação profissional, e muitas acreditam que:

“Não existe retorno possível. Nunca seremos aquilo que éramos. O desconhecimento não se recupera. E o que nós adquirimos, acima de tudo, acima das leis e das conquistas de espaço, foi conhecimento, consciência.”³⁶

Muitos homens já perceberam esta mudança e passaram a respeitar e compreender melhor o comportamento feminino, fazendo com que a relação homem/mulher realmente se torne mais amena e menos competitiva, pelo menos no meio social.

³⁵ COLASANTE, Marina. *Mulher Daqui pra Frente*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Nórdica, 1985, p.197.

³⁶ Idem, p.196.

Capítulo III

Rompendo o silêncio: saias na Câmara Municipal entre elogios e discriminações.

Em 1976 quando no Brasil só havia dois partidos políticos e as eleições eram regidas pela lei Falcão, que proibia o livre acesso dos candidatos ao rádio e à televisão, os jornais locais já percebiam os jogos de interesses que os políticos realizavam para conseguirem uma vaga a qualquer cargo eletivo e, o mais importante, já começavam a abrir os olhos da população para este fato:

“No enterro do miserável, no casamento pomposo ou naquele humilde casebre, nos bares e restaurantes luxuosos, ou, nos butécos da periferia, lá está o político querendo conquistar simpatia e armazenar votos.

Felizmente o povo vai começando a compreender que está na hora de acabar com essa farsa.(...) A presença do político nos locais acima citados, jamais representou ou representará que ele será útil a comunidade, que defenderá os legítimos interesses do povo, o que infelizmente não vem acontecendo, pois a Câmara Municipal diz ‘Amém’ ao prefeito e este por sua vez dentro da sua tirania nata e marcante, faz dos munícipes as marionetes do espetáculo de todos os dias no Palco Municipal.”³⁷

³⁷ Jornal Correio de Uberlândia, 01/07/1976 p. 01 n.º 12722.

Isto significa que mesmo vivendo sob uma ditadura, já se discutia a responsabilidade que todos tinham com o seu voto, e a necessidade de se repensar a forma como Uberlândia era governada.

Infelizmente a grande maioria dos políticos não conseguiu acompanhar a evolução dos tempos, mesmo porque, ainda em 1988, faziam campanhas semelhantes às que existiam há várias eleições anteriores, ou seja, carregadas de intrigas e palavrões, o que num período onde a democracia já possuía uma consistência, não era aceitável. Tal comportamento fazia com que a imprensa e a população dessem graças a Deus por estar chegando ao fim mais uma campanha, como nos relata um artigo do jornal Correio de Uberlândia:

“(...) nestas alturas, já estamos dando graças a Deus, por estar chegando ao fim esta miscelânea de intrigas políticas.”³⁸

Isto tudo dificultava a participação da população na política, provocando um forte desinteresse, além de uma provável sensação de irresponsabilidade na hora da escolha dos candidatos, o que reflete na qualidade dos eleitos, pois alguns não estariam preparados para assumirem a responsabilidade a que se propuseram, e aqueles que a possuísem não receberiam as cobranças cabíveis de seus eleitores.

Nas eleições de 1982, algumas mudanças já se anunciavam. Ocupam a Câmara Municipal de Uberlândia três mulheres, eleitas pelo voto direto, e com a responsabilidade não só de representar a população de uma forma

³⁸ Jornal Correio de Uberlândia, 04/11/1988 n.º 14998.

geral, mas de consolidar as inúmeras conquistas que as mulheres foram obtendo ao longo de vários anos de luta.

Estas mulheres emergiram como uma liderança extremamente nova na cidade, uma vez que não estavam ligadas aos grupos dominantes. A base desta liderança vinha principalmente do meio estudantil.³⁹ Isso vem demonstrar um rompimento com a tradição local, que fazia prevalecer o domínio de alguns setores, principalmente pelo fato dessas mulheres, eleitas pelo voto direto, não pertencerem aos grupos dominantes locais e serem representantes da esquerda.

Estas vereadoras conseguiram estremecer o monopólio de grupos patriarcais, que vinham dominando o poder municipal, atrelados aos grandes pecuaristas e aos comerciantes, representados pelo Sindicato Rural e a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB. Esta participação feminina desenvolveram projetos que visavam o bem-estar das pessoas que não faziam parte destes grupos dominantes, justamente devido a suas origens, condição social e ideologia política.

Outro ponto importante a ressaltar é que estas mulheres provinham da classe média, sendo todas professoras, detinham um conhecimento mais aprimorado e se elegeram sem o apoio dos grupos poderosos e nenhum “cacique”, rompendo assim com aquela tendência apontada no segundo capítulo deste trabalho, conforme a fala de Costa, de que a maioria das mulheres entram na vida política para dar continuidade aos projetos

³⁹ No caso da Martha A. Pannunzio, sua entrada na vida política, não se deve exclusivamente ao fato de a sua família ser politicamente militante. Sua atuação em sala de aula com certeza contribuiu para seu desempenho na política.

políticos dos seus familiares. Diante desta conjuntura temos um grande legado deixado pelas vereadoras uberlandenses.

De uma forma geral o convívio com o sexo feminino na Câmara fez com que os vereadores lapidassem o seu linguajar. Outro aspecto polêmico dizia respeito à vestimenta uma vez que se exigia o traje social para as vereadoras. Este fato causou protestos por parte de Olga e de Nilza que argumentaram aceitar vestir saias e vestidos sociais, desde que os homens portassem de terno e gravata.⁴⁰

Além destas questões de comportamento que passaram por mudanças houve também modificações na estrutura física da Câmara Municipal com a adaptação de um banheiro para as vereadoras, já que não havia acomodações sanitárias para mulheres na Câmara.

A presença feminina no legislativo forçou o surgimento de vários projetos que visavam ampliar a participação da mulher nos segmentos da sociedade. Um deles era a não contratação de mulheres nas empresas de transportes, considerada uma medida discriminatória pelas vereadoras Nilza e Olga que colocaram-se favoráveis à admissão de mulheres motoristas e cobradoras embora sem sucesso.⁴¹ Outro projeto foi a criação da Delegacia das Mulheres elaborado por Nilza e a fundação de uma Comissão de Defesa das Mulheres, entre outras propostas.

⁴⁰ ATA da 5ª Sessão da 13ª Reunião extraordinária - 21/11/84 - Sexta-feira.

⁴¹ A primeira motorista admitida por uma empresa de transporte coletivo uberlandense só foi aceita em 1996.

Nilza Alves de Oliveira, Olga Helena Costa e Martha F. Pannunzio⁴² talvez não soubessem o quão árdua seria a tarefa a que se propuseram. Lutas e decepções pontuaram o seus desempenhos nos novos cargos. Já no início de seu mandato, Olga fez um pronunciamento que deixava transparecer sua decepção em relação aos seus colegas:

*“(...) É com tristeza porém que constato que alguns de meus companheiros, parece, repito, parece que se deixam sensibilizar pelas elites que sempre dominam o mercado imobiliário, esquecem-se esses da democracia participativa que pregam, tanto que o povo no dia 15 de novembro uniu-se a eles para dizer não às elites que governam a este povo, diante deles agora perdem sua voz e sua vez. Como legitimamente eleita falo pelo povo, que morre à mingua enquanto as elites continuam construindo os ‘poleiros de ricos’.”*⁴³

Fica claro em seu pronunciamento a postura que assumiria em seu mandato: permaneceria sempre atenta para que o povo não saísse prejudicado com algumas decisões que porventura os vereadores tomassem:

*“Brigar com o pobre é fácil, qualquer um ganha do pobre, e eu os defendia, e brigava com os que derrubavam os pobres.”*⁴⁴

Mas não era só como fiscais que elas iriam atuar. Tinham uma causa para defender. As pressões vinham de todos os lados e formas.

Diante da presença feminina na Câmara, o que podemos notar são conflitos de valores de uma sociedade ainda muito conservadora. Como

⁴² Ficou como suplente até 1986, quando assumiu a vaga deixada por Geraldo Resende que fora eleito deputado estadual.

⁴³ ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA DE 26/04/83

⁴⁴ Entrevista com Olga Helena da Costa realizada em 19/06/97.

exemplo, citarmos a 7ª Reunião Ordinária de 1983, em que durante a sessão, a vereadora Nilza relatava sobre o Encontro de Mulheres que ocorrera em Uberlândia, onde foram discutir as questões como o aborto, planejamento familiar, saúde e sexualidade feminina, promovido pelo Centro de Integração da Mulher - CIM -. O vereador Antônio Jorge Neto aproveitou para pedir esclarecimentos sobre o CIM, e a vereadora Nilza explicou que tratava-se de um lugar para as mulheres discutirem e examinarem suas condições de vida na sociedade. Após a explicação, o parlamentar, teceu os seguintes comentários que foram transcritos na Ata daquele dia:

*“...Antônio Jorge Neto contestou essa posição dizendo que há muito respeito pela mulher, que é considerada mesmo sendo do sexo frágil, que não existe preconceito contra ela.(...) afirmou que é contra tais movimentos, que pelo exemplo da própria mãe sabe que há respeito à mulher, mas é a própria mulher que se desvaloriza com a comercialização do corpo, (...). Ela deve é dar valor a si mesma.”*⁴⁵

Encontramos na fala do vereador Antônio Jorge Neto uma visão um tanto machista e preconceituosa, em que, apesar de dizer ter respeito pelas mulheres, entra em contradição ao chamá-las de “sexo frágil”, e ainda afirma que não há necessidade de tais encontros. Pior fica quando, ao tentar se justificar, falando da sua mãe, reduz a função da mulher à de progenitora, deixando de lado o ser mulher, com seus desejos, vontades e necessidades. Sobre o assunto, ainda se registrou:

“Antônio Jorge Neto dizendo ter refletido sobre o problema da mulher, viu que a mulher tem o respeito do homem, tem sua devoção e carinho e seja como mãe, dona de

⁴⁵ ATA da 4ª Sessão do 7ª Reunião Ordinária de 1983 (20-09-85) - quarta-feira. Segundo Corte da Sessão ou Grande Expediente.(Grifos nossos)

casa, como autoridade mor dentro do lar, está integrada, nem precisa que alguém faça por ela. Defendeu o ponto de vista que o homem participa do problema da mulher, na área de saúde da previdência, de tudo.

Nilza Alves porém mostrou que tais assuntos são específicos como sexualidade feminina.(...) Mas, segundo Antônio Jorge os homossexuais, etc. - são prova da carência até mesmo sexual. (...) Para Nilza Alves as posições de Antônio Jorge são consideradas retrógradas, longe da realidade atual progressista e mais liberal, quando há necessidade de posicionar a mulher.”⁴⁶

Voltando a se manifestar negativamente, no final do ano, quando a vereadora Nilza Alves comentou sobre o I Encontro Regional das Mulheres do PMDB realizado em Uberlândia, o vereador Antônio Jorge Neto indagou sobre a faixa etária, o estado civil e se as mulheres que estavam presentes ao encontro viviam bem em seus lares. Para concluir, disse:

*“...Tais mulheres parecem frustradas, cansadas dos afazeres domésticos e deprimidas pela monotonia do seu trabalho, gastos pela preocupação com os filhos, e portanto esteve ali buscando uma fuga, um derivativo, um refúgio para suas tensões.”*⁴⁷

Através dessa declaração podemos perceber qual era a mentalidade de um parlamentar, que representava no legislativo uma fração da sociedade uberlandense, do início dos anos 80, e podemos supor os conflitos que a presença feminina trouxe à Câmara Municipal.

O vereador não havia percebido que o mundo estava passando por transformações profundas em todas as áreas e, especialmente nas relações entre os sexos, continuando preso a pressupostos ultrapassados no que

⁴⁶ ATA da 4ª Sessão do 7ª Reunião Ordinária de 1983 (20-09-83) - quarta-feira. Segundo Corte da Sessão ou Grande Expediente. (Grifos nossos)

⁴⁷ ATA da 3ª Sessão da 10ª Reunião Ordinária de (1983) 05-12-83 - segunda-feira.

dizia respeito às conquistas femininas. Para Nilza Alves, o tempo é capaz de transformar o nosso modo de ver o mundo. Vejamos o que ela fala assunto:

*“Eu não sou hoje o que eu pensava aos 15 anos. O meu fazer no mundo possibilitou ir ampliando minha consciência. Para ele (o vereador Antônio Jorge Neto) a mulher existia para o lar, era o seu fazer, ele não conseguia ver a mulher compartilhando.”*⁴⁸

Durante todo o mandato as vereadoras sempre precisaram demonstrar que tinham condições de estarem ali e ao mesmo tempo se viam obrigadas a se defenderem de agressões que às vezes não tinham nenhuma lógica:

*“O vereador Antônio Jorge Neto falou da catástrofe que vem ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro. (Cheias e desabamentos) sugerindo que pode ser causada pela carga de maus fluidos, devido a criminalidade, a falta de decência de algum setores da cidade, principalmente durante os desfiles e bailes carnavalescos, a nudez da mulher em excesso.”*⁴⁹

Acreditamos que este pronunciamento foi feito aparentemente só para provocar irritação e polêmica junto às vereadoras que ali estavam, pois não conseguimos imaginar que alguém possa realmente pensar assim de forma séria e responsável.

Com uma visão mais aberta e realista, a vereadora Olga Helena proferiu um discurso em 1988, em comemoração ao Dia Internacional da

⁴⁸ Entrevista Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

⁴⁹ ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA DE 22/02/87

Mulher, demonstrando com seriedade porque conseguira ser eleita e em que acreditava:

“A luta das mulheres não se restringe ao espaço no mercado de trabalho. Ela se estende por uma maior participação nas decisões políticas e econômicas.

Hoje, o conceito de fragilidade deve ser contestado diante das evidências sobre a resistência feminina nos diversos setores. O mito de que o sexo feminino teria vocação natural para o lar ou para o trabalho doméstico também tem sido questionado. A desnaturalização do destino biológico da mulher e a certeza de que as mulheres foram condicionadas histórica e culturalmente a essas funções como um prolongamento da função biológica da reprodução é uma das conquistas dos estudos sobre a mulher.

A vereadora que ora ocupa esta tribuna, não poderia deixar de prestar à mulher brasileira ou seja, a nós, mulheres, uma homenagem pelo “DIA INTERNACIONAL DA MULHER” comemorado dia 08 p.p..

Quero aqui, dirigir os meus cumprimentos a todas as mulheres estendendo o meu apoio político à mulher negra, à mãe, à doméstica, à trabalhadora rural, à executiva, enfim, a todas que lutam por maior justiça social.

Parabéns mulheres: juntas faremos deste país uma grande nação.”⁵⁰

Esta seriedade em relação ao trabalho e a postura das vereadoras produziram frutos na imprensa local. Com a aproximação das eleições de 1988 o jornal Correio de Uberlândia publica um artigo com o título “As Mulheres Estão Chegando”, ressaltando que haveria uma participação maior destas no pleito seguinte:

“Quando ninguém pensava na política nossa de cada dia, nós desta coluna já antecipávamos que as mulheres estariam disputando para valer, o direito da representação popular, através da Câmara Municipal. Isto posto, o que dizíamos era que o número de candidatas seria grande, e que

⁵⁰ ATA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA DE 15/03/88.

o legislativo depois de 15 de novembro poderá funcionar com 6 a 7 representantes do belo sexo.

Hoje estamos contando nos dedos que elas estão de fato chegando, pra valer ... mesmo, pois que já estão em número de 14 muito bem cotadas como candidatas fortes e possíveis de serem eleitas.”⁵¹

Porém as previsões não se confirmaram. Mas o fato de a quantidade de mulheres candidatas ter passado de onze em 1982 para trinta e seis em 1988 deixa claro o aumento do interesse feminino pela política, e a busca destas por uma atuação mais direta junto ao povo.

Em 1982, das 11 candidatas à Câmara Municipal de Uberlândia, 3 eram casadas e as outras 8 solteiras. Já nas eleições de 1988, 18 eram casadas, 6 viúvas ou separadas e 10 solteiras. Quanto à faixa etária das candidatas nas eleições de 1982 havia representantes de várias idades, sendo 4 com menos de 27 anos, 03 entre 28 e 37 e as 4 restantes com mais de 38 anos de idade. Nas eleições de 1988 as candidatas com mais de 28 anos eram um número bem maior, onde 7 candidatas tinham até 28 anos, 12 tinham entre 28 e 37 anos e 13 com mais de 38 anos.

Apesar deste considerável aumento de quase 228% no número de candidatas, e do fato de serem mais experientes, não só no sentido da idade, mas também pelo fato de a grande maioria das candidatas de 1988 já terem passado, por um casamento, e terem que administrar várias situações que esta condição lhes proporciona, elas não foram capazes de conquistar um maior número de eleitores. Para se ter uma idéia, na eleição de 1982 as eleitas receberam 56,73% dos votos dados às mulheres, isto sem

⁵¹ OLIVEIRA, A. de. Coluna Livre. Jornal Correio de Uberlândia, 19-08-1988, n.º 14948.

considerar os que a Martha Pannunzio recebeu, pois ela ficou um período como suplente. Se os considerarmos, este percentual subiria para 70,51%. As demais candidatas receberam um percentual baixo o que poderia ser atribuído à falta de experiência política, de um trabalho de base forte, ou de uma atuação social mais ativa.

No entanto, na eleição de 1988 mesmo com uma distribuição mais homogênea dos votos entre as mulheres, onde as eleitas ficaram com 34,91%, houve uma considerável queda de votos dados às mulheres que se candidataram para o cargo legislativo, passando de 10,40% em 1982 para 8,17% em 1988.

Esta queda de 2,23% que parece ser pequena é bastante significativa se considerarmos o número de candidatas entre as duas eleições e ainda o aumento de 63,49% dos eleitores que registraram seu voto, o que representa um forte retrocesso para o movimento feminino no meio político local.

Nilza Alves de Oliveira⁵², Olga Helena da Costa⁵³, Martha de Freitas Azevedo Pannunzio⁵⁴ e Normy Barbosa Firmino⁵⁵, quatro mulheres, quatro histórias, mas um mesmo objetivo, atuar em prol da educação e cultura sem

⁵² Nilza Alves de Oliveira, solteira, professora, nasceu em 15/10/48, Abaeté-MG, foi a vereadora que obteve o maior número de votos (4.450), nas eleições de 1982, eleita pelo partido vitorioso, atuou como líder do prefeito Zaire Rezende, debatendo, lançando propostas e defendendo a política, do então Prefeito Zaire Rezende. A parlamentar Nilza detinha um bom conhecimento político, tanto a nível nacional e internacional, com a vivência de várias lutas políticas, e a participação em viagens nacionais e internacionais.

⁵³ Olga Helena da Costa, 24/11/45, solteira, professora, nasceu em Ituiutaba-MG, foi a primeira e única mulher negra a ocupar um lugar na Câmara Municipal de Uberlândia, eleita com 1.863 votos pelo PMDB, nas eleições de 1982.

⁵⁴ Martha de Freitas Azevedo Pannunzio, 04/02/38, Uberlândia, casada, professora, eleita com 1.196 votos pelo PDT, nas eleições de 1988. Escritora, com livros premiados.

⁵⁵ Normy Barbosa Firmino, 28/09/31, Tupaciguara-MG, casada, professora, eleita com 830 votos pelo PSDB (única vereadora eleita por seu partido nas eleições de 1988).

se esquecerem da melhoria de vida da população, principalmente do povo pobre e sofrido da cidade.

Uberlândia que de 241.180 habitantes em 1980 passou para 367.061 em 1991⁵⁶ registrou um grande crescimento, o que exigira de seus legisladores atuações que condissessem com o desenvolvimento do município, principalmente por se tratar de uma cidade que possuía uma necessidade constante de obras de estruturação, como asfalto e saneamento básico. A presença feminina teve um papel bastante importante na humanização destes trabalhos. É como vê hoje a vereadora Nilza:

“A mulher não é diferente do homem, não é a questão de oposição, é aquela dualidade, complementação, convivência produtiva. A salvação do mundo é o feminino, reinserção do feminino nos anos sessenta, essa energia que é nutrição, é o lado direito do cérebro dando sustentação ao lado esquerdo do cérebro, por fazer, intuição, sentimento, virtudes, são outras qualidades, o mundo está muito pobre, o ocidente é muito pobre, é só lógico, é só intelecto, e a sensação. Só o lado esquerdo. Esta totalidade do cérebro, dando sustentação, se entrelaçando, se teria uma vida mais nutrida.”⁵⁷

Este trabalho na tentativa de buscar o equilíbrio não foi calmo, pelo contrário, às vezes se transformava em confronto e o bate-boca com os colegas era inevitável:

“Fui a primeira mulher a ser presidente da Câmara, interinamente, mas fui. Sempre era homem, eles não aceitavam, e era uma briga, mas a gente lutava. A Nilza sempre foi muito desrespeitada. Eu eles não vinham muito pro meu lado não, mas a Nilza sofreu muito.”⁵⁸

⁵⁶ FUNDAÇÃO IBGE - DERE/SE2 Informes da contagem/96 sobre a população de Uberlândia.

⁵⁷ Entrevista com Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

⁵⁸ Entrevista com Olga Helena da Costa, realizada em 19/06/97.

Estas divergências provocaram mudanças no comportamento das vereadoras, principalmente da Nilza Alves, que sentiu a necessidade de assumir uma postura “masculinizada” para conseguir se relacionar com os outros vereadores e suportar as pressões que sofria:

“O grande desafio da mulher quando ela sai para fora, pro externo, pro trabalho, seja o que for, é ela com o seu próprio poder. As mulheres quando vão pra fora assumem a postura do masculino, para o combate, para o embate também. Esta é a grande dificuldade.

No meu primeiro mandato eu me fiz respeitar, mas com muito esforço. Muitas vezes assumi mais o fazer masculino do que o feminino, porque eu seria esmagada de tão violento que era, é muito difícil para um homem ver na tribuna você demolindo com suas idéias, com seu pensamento, com o seu discurso, com sua fala, ele não aceita isto. O me fazer respeitar foi um esforço. A todo momento havia uma tentativa de desqualificar o meu discurso, das mais variadas formas.”⁵⁹

Mas foi devido a este trabalho persistente das duas vereadoras que algumas mudanças se fizeram notar no ambiente político. Os edis tiveram que rever a sua postura dentro da Câmara, como nos fala a vereadora Normy Barbosa Firmino, eleita em 1988:

“Nilza e a Olga, elas podem ter sofrido, mas, mais baseado naquela força que elas tiveram, porque foram duas vereadoras muito batalhadoras, muito importantes, no município, elas já vieram corrigindo, no começo sofreram muita pressão, mas depois os próprios vereadores começaram a entender a força que elas tinham, a responsabilidade e a competência. Eu acho que isso levou a Câmara a respeitar um pouco mais as mulheres. Por causa deste início, com duas vereadoras fortes, competentes, responsáveis, elas foram assumindo o papel delas e quando nós chegamos já facilitou um pouco. Acredito que esta batalha, a força, a inteligência de

⁵⁹ Entrevista com Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

*cada vereadora faz com que as pessoas passem a ser respeitadas. Elas abriram as portas.”*⁶⁰

Apesar de conseguirem mudanças no pensamento dentro da Câmara, elas ainda se ressentem da provável falta de confiança que a população tem sobre o trabalho feminino na política. Esta preocupação se explica porque hoje Uberlândia com 437.111 habitantes, sendo 221.940⁶¹ do sexo feminino, somente duas mulheres conseguiram se eleger nas eleições de 1996, e na anterior somente uma:

*“Acho que ainda falta uma conscientização da mulher para votar nela mesma, saímos de três representantes para uma e agora duas, há muitas mulheres inteligentes, que participaram das campanhas.”*⁶²

Parte da responsabilidade é atribuída aos partidos políticos, que ainda não estão preparados para assumirem que as mulheres estão prontas para se candidatarem e atuarem diretamente nas campanhas e na política quando eleitas:

*“A participação da mulher na política contribuiu com o feminismo, mas é muito difícil a vida da mulher no partido político, porque este possui uma estrutura patriarcal. Cria-se um departamento feminino, dá-se a impressão de ser uma coisa ao lado. Não há espaço para a mulher, com as reformas mais recentes é que deve-se propiciar uma nova participação mais efetiva da mulher.”*⁶³

⁶⁰ Entrevista com Normy Barbosa Firmino, realizada em 16/06/97

⁶¹ FUNDAÇÃO IBGE - DERE/SE2 Informes da contagem/96 sobre a população de Uberlândia

⁶² Entrevista com Normy Barbosa Firmino, realizada em 16/06/97.

⁶³ Entrevista com Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

Esta reforma que a ex-vereadora cita está na Lei n.º 9.100, de 29 de setembro de 1995, onde no § 3º dispõe que vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres, o que abre uma grande discussão:

*“Nesta obrigação dos 20% corre-se o risco do partido lançar candidatas sem selecionar, porque isto é um dado super importante. A divisão tem que ser igual, mas na verdade são poucas mulheres que entram nos partidos com a disposição de lutar para esta tomada de consciência para que as mulheres que tinham um nível intelectual mais elevado, mais trabalhadoras que possam participar mais da atuação política, também se filiem, com mais coragem, e enfrentar toda esta barra, porque enfrentar uma eleição não é fácil não.”*⁶⁴

Atualmente este percentual é de 25%, mas a forma de seleção continua sendo feita sem muito critério, o que, segundo a vereadora Olga, não passa de uma jogada dos partidos:

*“Os próprios partidos não querem a presença da mulher. Porque ela é muito atuante, ela incomoda, ela tem aquela parte materna, mas não esquece a parte séria. Não conheço nenhuma mulher que participa de negociata, nem no senado nem em lugar nenhum, o nome delas nunca aparecem, os que aparecem são dos homens.”*⁶⁵

O próprio jogo político faz com que aquelas que possuem uma consciência maior se afastem e passem a não querer participar diretamente de uma campanha, ou até mesmo desistam de uma carreira política promissora, como é o caso da Nilza:

“As mulheres não se elegem em sequência, pela questão dos homens estarem ligados a grandes grupos e esquemas, já as mulheres que estão mais a esquerda, são

⁶⁴ Entrevista com Normy Barbosa Firmino, realizada em 16/06/97.

⁶⁵ Entrevista com Olga Helena da Costa, realizada em 19/06/97.

ligadas a movimentos populares, a organização popular. As campanhas têm se tornado vespeiros de tudo que se pode imaginar, os grandes interesses é que comandam realmente, interesses econômicos. A mulher é uma outra postura, é muito difícil viver neste mundo falocrático, masculino, esta coisa do pouco compromisso e do ganho pessoal, do grande grupo, do grande negócio. As estruturas partidárias são difíceis. Também conforme a idade da mulher... aquele tipo de política é muito sombrio, leva ela a não querer mais aquilo. Deu sua contribuição, cumpriu com seu papel. Não é que ela está abrindo mão de seus pensamentos, ela vai trabalhar aquilo em outros patamares.”⁶⁶

Este pensamento coincide com o de Normy:

“Nunca mais quis ser candidata, mas se fosse para ser vereadora sem ganhar nada e sem passar por eleição; não eleição do tipo desta do Brasil, mas por uma eleição séria, responsável eu entraria de corpo e alma, mas não essa eleição que você vê, do tipo toma lá dá cá, isso é terrível. Mas se fosse para não ganhar nada eu iria para a Câmara com muito prazer, é um local maravilhoso, onde você pode ajudar a população. Se existe um espaço onde você pode trabalhar em benefício da população, é o legislativo.”⁶⁷

É justamente este “toma lá dá cá” que desiludiu profundamente alguns vereadores na Câmara, principalmente as mulheres. As desilusões aparecem em vários momentos nos depoimentos que tomamos:

“Quando são eleitos eles entendem tudo de acordo com seu entendimento, com seu parâmetro interno, respeitar a constituição desde que eu garanta o meu. A leitura é individual. Os vereadores que chegam sem uma militância política, sem experiência do coletivo, eles ficam sem saber muito o que estão fazendo lá, na verdade.

Foi muita decepção, eu era muito romântica, as pessoas são diferentes, o nível de compromisso é diferente de cada um, eu queria algo de alto nível.

O juramento é feito sem que saibam o que realmente estão jurando, ou a dimensão, até onde ele vai.”⁶⁸

⁶⁶ Entrevista com Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

⁶⁷ Entrevista com Normy Barbosa Firmino, realizada em 16/06/97.

⁶⁸ Entrevista com Nilza Alves de Oliveira, realizada em 26/03/97.

“Eu cumpri meu juramento fielmente, por isto posso andar de cabeça erguida, ninguém pode falar nada a meu respeito.”⁶⁹

“Não é todo mundo que tem o mesmo pensamento, a honestidade, o respeito pelo povo que o elegeu. Pessoas que são eleitas e chegam lá pela conversa, pelo pensamento de se beneficiar, sem o menor respeito pelo povo, isso acontece demais, alias acontece mais do que o contrário, aquelas pessoas que respeitam a população.”⁷⁰

Acreditamos que a participação destas mulheres na política local foi de fundamental importância para, uma nova postura dentro da Câmara e interferindo na História política de Uberlândia.

⁶⁹ Entrevista com Olga Helena da Costa, realizada em 19/06/97.

⁷⁰ Entrevista com Normy Barbosa Firmino, realizada em 16/06/97.

Considerações Finais

No decorrer deste trabalho o que pudemos perceber claramente é que a presença feminina na Câmara Municipal de Uberlândia significou uma ruptura com os grupos políticos dominantes. Primeiramente porque, conforme vimos, a presença feminina gerou uma série de transtornos dentro deste espaço dominado pelo sexo masculino. Outro aspecto importante refere-se à origem destas novas representantes do povo e o seu grau de instrução. Como exemplo, poderíamos falar da Martha e da Nilza, a primeira por ser uma escritora e a última por estar sempre reciclando os seus conhecimentos, através de viagens e leituras, são mulheres com engajamento. Todas elas, incluindo Normy e Olga possuíam cursos superiores.

Nas eleições atuais houve um retrocesso. Na penúltima eleição 1992 tivemos apenas uma mulher na Câmara, a vereadora Liza Prado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e em 1996 temos apenas duas representantes do sexo feminino, Liza Prado pelo PMDB⁷¹ e Fátima pelo PSDB. A primeira ligada ao movimento sindical e a segunda ao religioso carismático. O que estaria acontecendo? Por que esta falta de representantes do sexo feminino no legislativo, justamente agora que o Brasil está passando por um novo momento democrático? O que mudou nos movimentos feministas?

⁷¹ Nas eleições de 1996 a Vereadora Liza fora eleita pelo PMDB, posteriormente retornou ao PCdoB.

O que percebemos é que os movimentos sociais tem estes altos e baixos, e o movimento feminista não foge à regra. Mas o que teria provocado esta “recaída” ou “desinteresse” das mulheres pela política? Apesar de hoje só termos duas representantes do sexo feminino no legislativo local, elas continuam não pertencendo a nenhum grupo dominante tradicional, e a tendência de esquerda continua bastante forte.

Mas o que representou a presença feminina na Câmara Municipal de Uberlândia? O que estas pioneiras fizeram? O que marcou a presença destas mulheres na política local? Percebemos que com a participação feminina no legislativo, tivemos uma nova casa, mais democrática, quando assuntos até então, deixados de lado, como a questão de gênero, racismo e as desigualdades sociais passaram a ser discutidos mais constantemente. Através destas representantes do sexo feminino, vimos uma maior interação com relação aos problemas relacionados à saúde, segurança, alimentação, cultura e educação, uma vez que estas tinham uma formação intelectual melhor, e quase todas tinham um relacionamento direto com a comunidade devido às suas vivências enquanto professoras e militantes sociais.

Estas mulheres emergiram como uma liderança extremamente nova na cidade, porque não estavam ligadas aos grupos dominantes e tinham uma condição intelectual mais apurada, uma vez que na condição de professoras, esta era uma exigência natural de suas profissões.

Outro ponto, importante é com relação a participação da vereadora Olga Helena, primeira vereadora negra eleita, fazia questão de lutar

tanto pelo feminismo como pelos negros, provocando uma ruptura com a cultura racista local.

Com a presença feminina no legislativo, Uberlândia passou a viver uma nova fase democrática onde novos temas foram inseridos nas discussões, em que os princípios de cidadania passaram a ser melhor exercidos e expandidos, com uma participação mais heterogênea da sociedade nas questões políticas locais.

Gostaríamos de enfatizar que a participação das mulheres na política ainda é muito restrita. Este espaço ainda é reduto masculino, apesar das novas tentativas para mudar este quadro, como as leis de cotas.

Enfim, o que pudemos perceber é que a presença feminina no legislativo local veio trazer uma certa ruptura com as formas tradicionais da política uberlandense, onde estas mulheres maduras, experientes e intelectualizadas se defrontaram com uma Câmara impregnada de velhos dogmas e preconceitos, e mostraram uma nova visão de mundo aos parlamentares, sempre em defesa de um feminismo voltado para as questões sociais.

Anexos

Relação entre as eleições de 1982 e 1988

	1982	1988	
Número de candidatos	123	375	+ 204,86%
Número de homens	112	335	+199,10%
Número de mulheres	11	36	+227,27%
Número de votos dados	101.556	122.628*	+20,75%
Número de votos p/ homens	90.988	114.130	+25,44%
Número de votos p/ mulheres	10.568	8.500	-24,32%
Número de votos p/ homens eleitos	31.557	22.871	-37,98%
Número de votos p/ mulheres eleitas	6.313	3.484	-81,20%

*Há uma diferença de informações de quantidade de votos úteis entre o Jornal O Triângulo e o Mapa Eleitoral. Estou utilizando os números do jornal por estar mais legível e de melhor compreensão

Eleitos em 1982

PMDB	
CANDIDATOS	VOTOS
Nilza Alves de Oliveira	4.450
Geraldo Gomes de Rezende	3.342
Silas Alves Guimarães	2.389
Pedro Matias	2.253
Elias Euripedes Teixeira	2.210
José Antônio de Souza	2.201
Antônio Naves de Oliveira	1.873
Olga Helena Costa	1.863
Cleto Gomes Corrêa	1.812
Sebastião Euripedes dos Santos	1.720
Antônio Jorge Neto	1.635

PDS	
CANDIDATOS	VOTOS
Adalberto Duarte da Silva	2.395
Dorivaldo Alves do Nascimento	1.886
Euripedes Barsanulfo de Barros	1.799
Amir Cherulli	1.384
Adriano Bailoni Júnior	1.376
Waldeck Luiz Gomes	1.177
Evandro José Rodrigues	1.073
Laerte Lemes Rodrigues	1.032

Eleitos em 1988

PDS	
CANDIDATOS	VOTOS
Luiz de Freitas Costa Neto	2.386
Waldeck Luiz Gomes	1.864
Marcos Roberto França	1.864
Ivan Pereira R. Cunha	1.480
Geraldo Jabur Braga	1.416
Alceu Santos	1.285

PMDB	
CANDIDATOS	VOTOS
Irany Gonçalves da Costa	1.360
Silas Alves Guimaães	1.049
José Antônio Souza	1.010
Eduardo Arnolde de Castro	983
Antônio Carlos Carrijo	841
José Abalém Neto	795

PFL	
CANDIDATOS	VOTOS
Dorival Sanches Yanes	1.233
Calcir José Pereira	1.028

PSDB	
CANDIDATOS	VOTOS
Normy Barbosa Firmino	830

PCB	
CANDIDATOS	VOTOS
Nilza Alves de Oliveira	1.458

PDT	
CANDIDATOS	VOTOS
Aristides Antônio de F. Borges	1.679
Leonidio Henrigue C. Bouças	1.673
Martha de Freitas Panunzio	1.196

BIBLIOGRAFIA

• DOCUMENTOS OFICIAIS

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

Período: 1982 a 1988

Arquivo Público Municipal de Uberlândia

FUNDAÇÃO IBGE - DERE/SE2; Informes da contagem/96 sobre a população de Uberlândia, 1996.

GUIA, TURÍSTICO: Uberlândia, Portal do Cerrado. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, 1995.

• JORNAIS E REVISTAS

Jornal “Correio de Uberlândia” - 1982-1992

Jornal “O Triângulo” - 1982-1988

REVISTA História e Perspectiva. *História e Historiografia* n° 06. COCHI/UFU, 1992.

REVISTA PRESENÇA DA MULHER, São Paulo: Liberdade Mulher, n° 9/ 23 e 25, 1988/1992 e 1993.

REVISTA VEJA ESPECIAL. *Mulher a Grande Mudança no Brasil*. São Paulo: Abril, agosto/setembro, 1994.

• LIVROS E TRABALHOS ACADÊMICOS

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BALBINO, Carmem Lúcia Figueira. "Presença Feminina nas Greves de 1979 em Minas Gerais". In: **Boletim Informativo do NEGUEM**. UFU, nº 05, 1995.

BARROSO, Carmem (Org.). *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/UNICEF, 1982. 190 p.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CADERNO *Espaço Feminino nº 1*. NEGUEM/UFU, 1994.

COLASSANTE, Marina *Mulher Daqui Pra Frente*; 6 ed., Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

DEL PRIORE, Mary. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

DUBY, G. e PERROT, M. "Escrever a História das Mulheres". In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Lisboa, 1990, v.1.

FLAX, Jane. Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

GOLDENBERG, Mirian e TOSCANO, Moema. *A Revolução das Mulheres: Um Balanço no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

HISTÓRIA DO BRASIL, ATR Multimídia, Rio de Janeiro. 1995.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Dir.). *História: Novos Objetivos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LEITE, Míriam Lifichitz Moreira. *Outra Fase do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

LOBO, Elizabeth Souza. *A Classe Operária Tem Dois Sexos - Trabalho, Dominação e Resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PERROT, Michelle. "Práticas da memória feminina". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1989, nº 18.

RODRIGUES, Jane de F. Silva. *Perfis Femininos: Simbologia e Representação na Sociedade Uberlandense - 1920/1958*. (Tese de Doutorado), USP, 1995, 418p.

_____. "Os estudos sobre mulheres e a emergência de um novo campo do saber". In: **Boletim NEGUEM**. UFU, nº 7/96.

_____. "Véu e sombra: elementos para uma memória feminina". In: **Boletim NEGUEM**. UFU, nº /94.

SOUSA, Vera Lúcia Puga de. "Paixão, Relações de Poder e Violência". In: **Boletim NEGUEM**. UFU, Nº 6, 1995.

STUDART, Heloneida. *Mulher Objeto de Cama e Mesa*. Petrópolis: Vozes, 1982.

TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema, *Mulher e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TABAK, Fanny, *Autoritarismo e Participação Política da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central. História da Criação do Município de Uberlândia*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda., 1970, vol.1.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VÁRIOS, Autores. *Comportamento Eleitoral e Marketing Político: as novas prefeituras brasileiras*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stifung, 1997, nº 30, p.47.